

# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

## História dos Animais: Fontes, Temas e Problemas

Ast... primeira d... em... especialidades em doces... para casamentos, baptipara casamentos, baptisados e banquetes. E' osados e banquetes. E' a unica depositaria da... mada Guarana Espumantada Guarana Espumantada... do excelente choro... do excelente choro... Laeta, fabricados em Laeta, fabricados em... S. Paulo pelos Srs. ZOS. Paulo pelos Srs. ZOS... motta Loureiro & Companhia Loureiro & Cia... A Confeitaria Brasileira Confeitaria Brasileira

Ast... primeira d... em... especialidades em doces... para casamentos, baptipara casamentos, baptisados e banquetes. E' osados e banquetes. E' a unica depositaria da... mada Guarana Espumantada Guarana Espumantada... do excelente choro... do excelente choro... Laeta, fabricados em Laeta, fabricados em... S. Paulo pelos Srs. ZOS. Paulo pelos Srs. ZOS... motta Loureiro & Companhia Loureiro & Cia... A Confeitaria Brasileira Confeitaria Brasileira





**Obra publicada pela  
Universidade Federal  
de Pelotas**

Reitora: Isabela Fernandes Andrade Vice-Reitora: Ursula Rosa da Silva Chefe de Gabinete: Rafael Eicholz Rutz Pró-Reitora de Ensino: Maria de Fátima Cossio Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Flávio Fernando Demarco Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Eraldo dos Santos Pinheiro Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Paulo Roberto Ferreira Júnior Pró-Reitor Administrativo: Ricardo Hartlebem Peter Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: Rosane Maria dos Santos Brandão Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Taís Ullrich Fonseca Superintendente do Campus Capão do Leão: Gilberto D'Ávila Vargas Superintendente de Gestão da Informação e Comunicação: Julio Carlos Balzano de Mattos

*Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial*

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR) Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR), Daniela Hartwig de Oliveira e Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR), Francieli Moro Stefanello e Marla Piumbini Rocha Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR), Cláudio Martin Pereira de Pereira e Jairo Valões de Alencar Ramalho Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR), Jucimara Baldissarelli e

Zayanna Christina Lopes Lindoso Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro Representantes da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Silvana Schimanski e William Daldegan de Freitas Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Daniel Soares Duarte e Luís Fernando Hering Coelho

*Instituto de Ciências Humanas*

*Diretor:* Prof. Dr. Sebastião Peres

*Vice-Diretora:* Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner*

*Coordenadora:*

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

*Membros do NDH:*

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

*Técnico Administrativo:*

Paulo Luiz Crizel Koschier

*História em Revista* – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof<sup>a</sup>. Beatriz Loner

*Comissão Editorial:*

Prof<sup>a</sup> Dra. Lorena Almeida Gill  
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes  
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck  
Profa. Dra. Márcia Janete Espig  
Prof. Dr. Jornas Vargas  
Paulo Luiz Crizel Koschier

*Conselho Editorial:*

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U., Universidad de los Andes, Santiago, Chile  
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)  
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)  
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)  
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)  
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)  
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)  
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)  
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)  
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa  
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)  
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEl)  
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)  
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)  
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)  
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)  
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)  
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)  
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).  
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)  
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)  
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)  
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)  
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

*Editora:* Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume:* Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isabel Drummond Braga (Universidade de Lisboa) | Prof. Dr. Rafael Afonso Gonçalves (Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná)

*Editoração e Capa:* Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa:* Zacharias Wagner (1614-1668) - Tamanduá-açu (ilustração).

*Pareceristas ad hoc:*

Ana Carolina de Carvalho Viotti, Universidade Estadual Paulista (Unesp, campus de Marília)  
André Ulysses De Salis, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro)  
Ângela Domingues (Universidade de Lisboa)  
Gabriel Elycio Maia Braga, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro)  
Gabriel Ferreira Gurian, Universidade de São Paulo (USP)  
Gabriel Lopes, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)  
Janaina Salvador Cardoso, Universidade Estadual Paulista (Unesp, campus de Franca)  
Jeferson dos Santos Mendes, Universidade Federal do Amapá  
Paulo Drummond Braga (Universidade Aberta Centro de Estudos Globais, Portugal)  
Ricardo Pessa de Oliveira (Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, Portugal)  
Rodolfo Nogueira Cruz, Centro Universitário Barão de Mauá  
Teresa Sousa Nunes (Universidade Nova de Lisboa)  
Waslan Sabóia Araújo, Universidade Estadual Paulista (Unesp, campus de Franca)

*Editora e Gráfica Universitária*

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

*Edição:* 2025/1

ISSN – 2596-2876

*Indexada pelas bases de dados:* Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

**UFPEl/NDH/Instituto de Ciências Humanas**

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

*e-mail:* historiaemrevista@ufpel.edu.br



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História dos Animais : Fontes, Temas e Problemas) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.30, n.1, jan. 2025. – Pelotas: UFPel/NDH, 2025 – 185 p. ; 5,30 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Animais 3. Fontes

CDD: 907

---

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>07</b>
PRESENTATION	
<b>HUMANOS E OUTROS ANIMAIS NO PORTUGAL MEDIEVO: ARTICULAÇÃO E SOLUÇÕES DE UM PROJECTO CIENTÍFICO MULTIDISCIPLINAR</b>	<b>10</b>
HUMANS AND OTHER ANIMALS IN MEDIEVAL PORTUGAL: ARTICULATION AND SOLUTIONS OF A MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC PROJECT	
Tiago Viúla de Faria	
<b>OS TATUS COMO OBJETOS DO CONHECIMENTO NATURAL (SÉCULOS XVI-XVIII)</b>	<b>33</b>
ARMADILLOS AS OBJECTS OF NATURAL KNOWLEDGE (16TH-18TH CENTURIES)	
Rebeca Capozzi	
<b>AS TRABALHADORAS DA PROVÍNCIA: A EXPLORAÇÃO DE TARTARUGAS DA AMAZÔNIA (<i>PODOCNEMIS EXPANSA</i>), NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS, DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX</b>	<b>53</b>
THE WORKERS OF THE PROVINCE: THE EXPLOITATION OF AMAZON TURTLES ( <i>PODOCNEMIS EXPANSA</i> ), IN THE PROVINCE OF AMAZONAS, DURING THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY	
Robert Alves Pinho	
<b>NASCIMENTO E AFIRMAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO PORTUGUESA: A SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS (1875-1890)</b>	<b>73</b>
BIRTH AND AFFIRMATION OF A PORTUGUESE INSTITUTION: THE SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANIMALS (1875-1890)	
Paulo Drumond Braga	

- UMA BREVE HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE O SER HUMANO E A ONÇA PINTADA NO BIOMA PANTANAL** 88  
 A BRIEF HISTORY OF THE RELATIONSHIP BETWEEN HUMANS AND JAGUARS IN THE PANTANAL BIOME  
 Fabiano Quadros Rückert
- OS VEGETARIANOS UTÓPICOS E A DEFESA DOS ANIMAIS EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX** 110  
 PORTUGUESE UTOPIAN VEGETARIANS IN THE FIRST HALF OF THE 20<sup>TH</sup> CENTURY  
 Isabel Drumond Braga
- SOB AS RÉDEAS DO NAZISMO: OS CAVALOS LIPIZZANERS E O IDEÁRIO DE PUREZA RACIAL** 126  
 UNDER THE REINS OF NAZISM: THE LIPIZZAN HORSES AND THE IDEOLOGY OF RACIAL PURITY  
 Daniely Santos Ramos Costa | Lucas Matheus Araujo Bicalho | Ester Liberato Pereira
- HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA** 140  
 HISTORY OF MATHEMATICS TEACHER TRAINING IN THE SOUTH OF RIO GRANDE DO SUL: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW  
 Mélangy Silva dos Santos | Lavinia Schwantes
- “O QUE OS OLHOS NÃO VÊM O CORAÇÃO NÃO TEME”: O HOSPITAL COLÔNIA GETÚLIO VARGAS E OS DISCURSOS DE COMBATE A LEPROSA NA PARAÍBA (1930-1941)** 156  
 “WHAT THE EYES DO NOT SEE, THE HEART DOES NOT FEAR”: THE HOSPITAL COLÔNIA GETÚLIO VARGAS AND THE SPEECHES TO COMBAT LEPROSY IN PARAÍBA (1930-1941)  
 Alexandro dos Santos | Laís Vasconcelos Santos
- OS POSITIVISTAS RELIGIOSOS BRASILEIROS E OS ANIMAIS (1902)** 177  
 BRAZILIAN RELIGIOUS POSITIVISTS AND ANIMALS (1902)  
 Paulo Pezat

# NASCIMENTO E AFIRMAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO PORTUGUESA: A SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS (1875-1890)

## BIRTH AND AFFIRMATION OF A PORTUGUESE INSTITUTION: THE SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANIMALS (1875-1890)

Paulo Drumond Braga<sup>1</sup>

---

**Resumo.** Este artigo pretende estudar o nascimento e os primeiros anos da Sociedade Protetora dos Animais, criada em Lisboa em 1875. Serão estudados aspetos como os objetivos e as diferentes formas de agir de uma instituição que, basicamente, se preocupou em mudar mentalidades e motivar os portugueses e tratar melhor os animais de carga e de tiro, os que se dedicavam à alimentação humana e os de companhia.

**Palavras-chave:** direitos dos animais, Sociedade Protetora dos Animais, Portugal, século XIX.

**Abstract.** This article aims to study the first years of the *Sociedade Protetora dos Animais*, created in Lisbon in 1875. Will be studied aspects such as the purposes and different ways of acting of an institution that, basically, was concerned with changing mentalities and motivate the Portuguese to take better care of all kind of animals.

**Keywords:** Animal rights, Sociedade Protetora dos Animais, Portugal, 19th century.

---

### Estado da questão e objetivos

Só muito recentemente despertou o interesse pela história dos animais. Em países como os Estados Unidos da América, a França, a Itália e o Reino Unido, a produção historiográfica tem sido relevante, abrangendo áreas como a evolução do pensamento a respeito dos seres que no passado eram tidos como irracionais e o relacionamento entre homens e bichos. São de salientar, entre outros, livros da autoria de Robert Delort (1984), Keith Thomas (1984), James Serpell (1996), Linda Kalof (2007), Damien Baldin (2014) e Giulia Gauzzalocca (2018), assim como *A Cultural History of Animals*, dirigida por Linda Kalof e Bridgette Resl, que saiu em seis volumes em 2011. Em Portugal, recorde-se a publicação, em 2015, da obra coletiva *Animais e Companhia na História de Portugal*, coordenada por Isabel Drumond Braga e por Paulo Drumond Braga e com a colaboração de vários outros especialistas. Neste livro foram feitas algumas referências, ainda que breves, à Sociedade Protetora dos Animais, criada em Lisboa em 1875 (BRAGA, 2015a, p. 367; BRAGA, 2015b, p. 137-138, 146; BRAGA, 2015c, p. 234). A mesma foi ainda objeto de um artigo específico, cuja análise se centrou sobretudo no caso do Porto nos alvares da Primeira República (AMARO, FELGUEIRAS, LENCASTRE, 2013). A presente abordagem procura estudar, sobretudo a partir de fontes produzidas pela própria Sociedade Protetora dos Animais, o nascimento e a afirmação da instituição nos primeiros quinze anos da sua existência (1875 - 1890).

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (Lisboa, Portugal). [pdrumondb@gmail.com](mailto:pdrumondb@gmail.com)

## O nascimento de uma instituição

Os primeiros estatutos da Sociedade Protetora dos Animais datam de 28 de novembro de 1875. Foram aprovados pelo governo civil de Lisboa em 8 de janeiro de 1876 e imediatamente publicados. Nos mesmos pode ler-se que a instituição propunha-se “melhorar, por todos os meios ao seu alcance, a sorte dos animais, e conferir prémios a quem, por qualquer modo, se distinguir pela compaixão e bom tratamento para com os mesmos”, mais acrescentando que procurava lutar para erradicar “tudo quanto ao coração humano e bem formado repugne no sentido de oprimir e martirizar os animais, principalmente os indefesos e os que mais úteis se tornam ao homem” (Sociedade Protetora dos Animais, 1876a, p. 5).

Foi escolhido como presidente da assembleia geral José Silvestre Ribeiro (1807-1891), tendo a presidência da direção sido confiada ao 3.º conde de Penamacor, António Maria de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria (1844-1911). O primeiro teve uma relevante carreira administrativa e política, tendo sido governador civil de vários distritos, deputado, par do reino e ministro dos Negócios Estrangeiros (CHORÃO, MOREIRA, 2006). O segundo, figura muito menos importante, desempenhou as funções de copeiro-mor da casa real (ZÚQUETE, 2000b, p. 117). Entre os vogais da nova instituição, achava-se Júlio de Castilho (1840-1919), 2.º visconde de Castilho, jornalista, funcionário da Biblioteca Nacional e, durante um curto espaço de tempo (outubro de 1877-fevereiro de 1878), governador civil da Horta. Ficou sobretudo conhecido pelos seus livros *Lisboa antiga. O Bairro Alto* (1879), *Lisboa antiga. Bairros orientais* (7 vols., 1880-1890) e *A ribeira de Lisboa* (1893) (LOURENÇO, SEIXAS, 2024).

A Sociedade Protetora dos Animais surgiu na sequência das que nasceram no resto da Europa, a primeira das quais foi a de Londres (1824), que, quando recebeu o patrocínio da Coroa, em 1840, passou a chamar-se Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals. Outras foram aparecendo, nomeadamente em Dresden (1838) – então capital do reino da Saxónia –, em Paris (1845) e em Trieste (1852) – pertencente à data ao Império Austro-Húngaro. Em 1866, foi a vez de se constituir a American Society for the Prevention of Cruelty to Animals, com sede em Nova Iorque. Em 1871, uma instituição do género foi fundada em Turim, passando depois a outras cidades italianas, se bem que, em Roma, o papa Pio IX tenha manifestado muitas reticências, reputando um erro teológico considerar que o homem tinha deveres para com os restantes animais. Em 1873, foi a criada a de Cádiz, em Espanha, e, em 1875, foi a vez da Suécia (SERPELL, 1996, p. 161-162; KALOF, 2007, p. 137-140; 162; KETE, 2011, p. 2-3; GUAZZALOCA, 2018).

## Novas conceções sobre os animais

Para se perceber a proliferação destas instituições na Europa de Oitocentos há que contextualizar a evolução histórica do pensamento sobre os animais. A consciência de que estes têm direitos é muito recente, o que não quer dizer que não haja antecedentes relevantes. Na Antiguidade Clássica, Pitágoras (c. 570 a. C – c. 495 a. C.) considerou que a abstenção de carne tornava o Homem menos predisposto à violência e que os animais



deveriam ser poupados pois poderiam transportar a alma de humanos (BRAGA, 2018; BRAGA, 2019; BRAGA, 2023). Mais tarde Aristóteles (384 a. C. – 322 a. C.), ao alegar a irracionalidade dos animais, defendeu que os mesmos existiam somente para benefício da humanidade (NEWMYER, 2011, 160-163), o que significou um retrocesso. Durante a Idade Média pouco ou nada se avançou no domínio dos direitos dos animais, até porque a perspectiva judaico-cristã, que informou esta época histórica, apontava para um claro antropocentrismo. Assim se compreende que São Tomás de Aquino (1225-1274) tenha considerado que os seres desprovidos de razão serviam aos que a possuíam (BARATAY, 1996; SPENCER, 2016, 165-166). Avançando no tempo, verifica-se que, para o filósofo francês René Descartes (1596-1650), os animais eram apenas matéria e não espírito, conseqüentemente, não pensavam e não sentiam dor, sendo os gritos que lançavam ao ser golpeados sons mecânicos, tal como por exemplo o pêndulo de um relógio. Mas nem todos entendiam a questão da mesma forma. Por exemplo, o naturalista inglês John Ray (1627-1705) considerou que Deus não criara o mundo apenas para o Homem e que as ações dos animais não eram mecânicas, ao passo que dois filósofos, o inglês Thomas Hobbes (1588-1679) e o holandês Benedict de Spinoza (1632-1677), defenderam que a dor dos animais só poderia ser aceite se beneficiasse a humanidade (THOMAS, 1984, p. 33-36; SENIOR, 2011, p. 33-39). No século XVIII, o suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) argumentou que os animais eram seres sencientes e os humanos não tinham o direito de os maltratar. O francês Voltaire (1694-1778) negou a superioridade ontológica e mostrou-se chocado com o sofrimento dos bichos, nomeadamente no que tocava ao abate dos que se destinavam ao consumo humano. Anos depois, o inglês Jeremy Bentham (1748-1832) foi claro ao referir-se à evidência dos padecimentos dos animais (STUART, 2006, p. 275-294). Já no século XIX, são relevantes as posições do filósofo prussiano Arthur Schopenhauer (1788-1860), que, defendendo embora a irracionalidade dos animais, manifestou-se contra a vivisseção, prática muito comum na medicina de Oitocentos, uma vez que se continuava a considerar existir uma analogia entre o corpo humano e os corpos dos animais (BORY, 2013). Por outro lado, o biólogo e naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), ao mostrar que homens e alguns primatas tinham um antepassado comum e que a inteligência não era exclusiva dos primeiros, abriu caminho para o fim do antropocentrismo. As suas obras mais relevantes nesse domínio foram *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* (1859), *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex* (1871) e *The Expression of the Emotions in Man and Animals* (1872) (ROWLANDS, 2011, p. 139).

### **O crescimento e a ação da Sociedade Protetora dos Animais**

Em meados de 1876, a instituição criada em Lisboa no ano anterior começou a publicar um órgão, inicialmente denominado **Boletim da Sociedade Protectora dos Animais**. Em janeiro de 1877, mudou o nome para **O Zoophilo**. Aqui dava-se conta de inscrições, de donativos e da atividade das sociedades congêneres europeias e norte-americanas e noticiava-se, a partir de outros periódicos, casos de interesse ocorridos no país e no estrangeiro. Também se publicavam relatórios da gerência e mapas da atividade policial

respeitante a infrações. Era ainda comum a inclusão de poemas e a informação sobre a saída de livros, como *O Ermitério*, de um dos seus sócios, Júlio de Castilho, em 1876. A partir de 1877, começou a inserir uma tradução, sob a forma de folhetim, da obra *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë (1816-1855), saída originariamente em inglês, em 1847. A publicidade surgia por regra na última página e ao longo dos tempos foi contemplando sobretudo duas companhias de navegação que operavam para o Brasil, a Companhia Real Inglesa e a Compagnie des Messageries Maritimes. Em setembro de 1882, a revista anunciou a saída da tradução de *Le livre des médiums*, de Allain Kardec (1804-1869) (**O Zoophilo**, 6.º ano, n.º 6, 1882, p. 4). Tratou-se da primeira edição em língua portuguesa de uma das obras mais relevante do consagrado codificador do espiritismo, publicada em França em 1861 (1857) (RODRIGUES, 1993, p. 238). Note-se que, na época, alguns defensores dos direitos dos animais, incluindo vegetarianos, eram cultores do espiritismo (BRAGA, 2009).

Se, no ocaso do ano de 1875, a Sociedade Protetora dos Animais tinha somente 404 sócios, em 30 de junho de 1876, ascendera a mais do dobro, concretamente 888 (**Boletim da Sociedade Protectora dos Animaes**, v. I, n.º 3, 1876, p. 104). É evidente que nos anos seguintes também foram ocorrendo baixas, quer por morte quer por desinteresse.

Em 1 de julho de 1876, o relatório da direção referente ao primeiro semestre do ano anunciava com orgulho a entrada do infante D. Augusto (1847-1889), irmão do rei D. Luís (1838-1889) (**Boletim da Sociedade Protectora dos Animaes**, v. I, n.º 3, 1876, p. 73). Mais tarde, em julho de 1883, a instituição informou que o mesmo tinha pago a subscrição anual de 4\$500 réis e feito um donativo de 31\$500 réis (**O Zoophilo**, ano 7, n.º 7, julho de 1883, p. 3). Compreensivelmente, anos depois, não deixou de lamentar a morte do infante (**O Zoophilo**, ano 13, n.º 10, outubro de 1889, p. 2).

Em novembro de 1885, a Sociedade Protetora dos Animais congratulou-se com a adesão de D. Fernando II (1816-1885), pai do rei D. Luís e do infante D. Augusto (**O Zoophilo**, ano 9, n.º 11, novembro de 1885, p. 5-6). O passamento do monarca, ocorrido em 15 de dezembro do mesmo ano, levou a instituição a lamentar que tivesse por tão curto espaço de tempo beneficiado do alto patrocínio (**O Zoophilo**, ano 9, n.º 12, dezembro de 1885, p. 2).

A este respeito, é interessante notar que, segundo um aristocrata, Tomás de Melo Breyner, D. Luís e D. Augusto não suportavam “tudo quanto lhe cheirasse a fadismo ou a toureirismo”, ao ponto de não apreciarem “as guitarras por serem o instrumento inseparável do tauromachismo” (BREYNER, 1930, p. 229). O mesmo, entretanto, não se pode dizer de D. Fernando II, a quem não repugnava a festa brava (BRAGA, 2015c, p. 234-235).

Entretanto, uma outra cabeça coroada havia, anos antes, integrado a Sociedade Protetora dos Animais. Tratou-se de D. Pedro II (1825-1891), imperador do Brasil – tio materno do rei D. Luís e do infante D. Augusto – , que, em setembro de 1877, achando-se de visita a Portugal, aceitara ser “socio protector” da instituição (**O Zoophilo**, ano 4, n.º 17, 1877, p. 4). Recorde-se que, no Brasil, só em 1895 nasceria, concretamente em São Paulo, uma instituição similar (OSTOS, 2017).

Ao longo dos anos, foram ingressando na Sociedade Protetora dos Animais nomes oriundos de diferentes áreas da sociedade civil, como Aquiles Monteverde (1803-1881), funcionário do ministério dos Negócios Estrangeiros, diplomata e autor de diversos manuais escolares (CORREIA, 2004); Januário Correia de Almeida (1829-1901), 1.º conde de S. Januário, militar, governador colonial, político e diplomata (CARDOSO, 2018); Pedro João de Morais Sarmiento (1829-1903), 2.º visconde da Torre de Moncorvo, 9.º conde da Torre, 6.º marquês de Alorna e 8.º marquês de Fronteira, diplomata, deputado e par do Reino (SOARES, 2006a); José Elias Garcia (1830-1891), oficial do exército, professor, jornalista, deputado, vereador e depois presidente da Câmara Municipal de Lisboa, além de republicano ativo e figura grada da Maçonaria (FERNANDES, 2005); Brito Aranha (1833-1914), tipógrafo, historiador, jornalista e bibliógrafo (MARQUES, 1986, p. 89-90); Eduardo Coelho (1835-1889), escritor, jornalista e tipógrafo e um dos fundadores, em 1864, do *Diário de Notícias* (MARQUES, 1986, p. 354-355); Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), um dos mais conhecidos historiadores, romancistas, dramaturgos e políticos do seu tempo, autor de uma *História de Portugal* começada a publicar em 1867 e redigida com intuitos de divulgação (HOMEM, 2012); Friedrich Ludwig Athanas Hermann von Kessler (1843-1895), 2.º barão de Kessler, engenheiro civil, que esteve ligado à fundação do Jardim Zoológico de Lisboa (ZÚQUETE, 2000a, 664); e o reputadíssimo pintor Columbano Bordado Pinheiro (1857-1929) (ELIAS, 2011). De referir ainda uma relevante figura feminina da aristocracia portuguesa, a 3.ª duquesa de Palmela, Maria Luísa de Sousa Holstein (1841-1909), conhecida sobretudo pela sua faceta de escultora e também pela ação beneficente, nomeadamente com a criação das Cozinhas Económicas (URBANO, 2008, p. 31).

Diferente foi o caso de Carlos Testa (1823-1891), que por diversas vezes integrou os órgãos de gestão da Sociedade Protetora dos Animais. Teve, em simultâneo, uma importante carreira como oficial da marinha e, em termos políticos, achou-se ligado ao Partido Regenerador, desempenhando, a partir de 1868, as funções de deputado e, depois de 1887, as de par do reino, nas quais não deixou de combater pelos direitos dos animais (SOARES, 2006b).

É de notar que alguns destes homens, como José Silvestre Ribeiro, Brito Aranha, Elias Garcia e Eduardo Coelho, pertenciam à Maçonaria, o que constitui, à partida, um dado escassamente relevante, já que muitos políticos de então eram *maçons* (MARQUES, 1996; MARQUES, 1997; VENTURA, 2013). Por outro lado, a causa dos direitos dos animais não era um cavalo de batalha da Maçonaria, ao contrário de outras, como a luta contra a pena de morte e contra a escravatura (MARQUES, 1997, p. 232-234).

A Sociedade Protetora dos Animais manifestou preocupação sobretudo com os animais de carga e de tiro, concretamente cavalos e burros, que sofriam todo o tipo de abusos: espancamentos, carência alimentar e hídrica, exposição prolongada ao sol e ao frio e carga excessiva, sem esquecer o recurso a bichos feridos e extenuados. Tudo isto se lê nos respetivos estatutos (Sociedade Protetora dos Animais, 1876a, p. 20). Note-se que, na época, os veículos utilizados para transportar pessoas e cargas eram, na sua maior parte, movidos pela força de bois, cavalos e burros. Aos dois últimos recorria-se igualmente para o transporte

individual (MATOS, 1980; VIEIRA, 1982).

A instituição zelava ainda pelos animais destinados à alimentação humana, concretamente vacas, bezerros, porcos, ovelhas, cabras, galinhas e coelhos, alertando contra práticas comuns, como acumulá-los em cestos e em veículos, “arremessá-los violentamente uns sobre os outros ou sobre o chão”, depenar aves vivas ou arrancar a pele a coelhos ainda vivos e conduzir os mesmos atados pelos pés e com as cabeças pendentes. Também se tentava evitar que se cegassem aves canoras, nomeadamente rouxinóis (Sociedade Protetora dos Animais, 1876a, p. 20). Era, então, praticamente inexistente qualquer sensibilidade pelo sofrimento dos animais destinados a abate, sendo relevantes as advertências feitas, em 1862, num relatório relativo ao matadouro lisboeta da Cruz do Taboado ([FROIS], 1862, p. 20).

Cães e gatos não ficavam de fora das preocupações da Sociedade Protetora dos Animais, que procurou diminuir as agressões de todo o tipo diariamente praticadas contra estes bichos ou zelando para que os que eram abandonados ou vítimas de acidentes, por exemplo, atropelamentos por veículos, fossem objeto dos devidos cuidados (BRAGA, 2015b, p. 137-138 e 146).

A instituição gratificava as forças policiais de Lisboa que denunciasses situações de maus tratos. Por exemplo, entre março e julho de 1876, registou 115 desses casos, 101 oriundos da polícia civil e 10 da guarda municipal (**Boletim da Sociedade Protectora dos Animaes**, v. I, n.º 3, 1876, p. 89).

Em 1876, propôs à câmara municipal de Lisboa que os muitos cães vadios que pululavam nas ruas da cidade fossem abatidos com choque elétrico por meio de pilha de Bunsen e não com bolos de estricnina, como se fazia, método que consideravam excessivamente cruel. Apesar dos seus esforços, não logrou o seu intento (Sociedade Protetora dos Animais, 1876b).

No mesmo ano, e igualmente sem êxito, solicitou ao próprio rei D. Luís a abolição das touradas (Sociedade Protetora dos Animais, 1876c). É evidente que, numa monarquia liberal, estava fora de questão um monarca legislar, mas é relevante o apelo feito ao supremo magistrado da nação. A petição não teve qualquer efeito. Recorde-se que o fim das touradas, tidas por demasiado violentas e envolvendo escusado sofrimento animal, vinha sendo defendido desde os derradeiros anos do século XVIII, nomeadamente por um dos portugueses mais famosos de sempre, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), marquês de Pombal, válido do rei D. José I (1714-1777). O próprio poder central chegou a proibir o espetáculo: depois de uma tentativa fracassada em 1821, um decreto de 19 de setembro de 1836, dos alvares do Setembrismo, extinguiu as touradas, determinação que foi revogada em 30 de junho de 1837. Por várias vezes as Câmaras dos Pares e dos Deputados assistiram à apresentação de projetos para abolir o espetáculo (1854, 1869, 1870 e 1888), sempre sem êxito. Entretanto, os touros de morte foram abolidos na prática em 1837, mas a proibição formal data apenas de 14 de abril de 1928, nos primeiros tempos da Ditadura Militar (BRAGA, 2015c, p. 231-236).

Em julho de 1877, a Sociedade Protetora dos Animais anunciou a criação de um “asilo de animais perdidos e abandonados”, que seria instalado na Rua Formosa, n.º 46-47,

em Lisboa (**O Zoophilo**, ano 4, n.º 13, 1877, p. 2). Os respetivos estatutos datam de 19 de setembro (**O Zoophilo**, ano 4, n.º 19, 1877, p. 3). Nos anos seguintes foi dando conta do respetivo movimento. Por exemplo, entre junho de 1882 e julho de 1883, a casa acolheu como pensionistas, 80 cães, 51 gatos, uma corça, dois galos, um papagaio, um periquito e dois pavões. Tratava-se dos animais ali deixados pelos donos por carecerem de cuidados médicos. Quanto aos indigentes, ou seja, bichos abandonados e vadios, havia então 45 cães e 22 gatos (**O Zoophilo**, ano 7, n.º 10, outubro de 1883, p. 6).

Em 15 de agosto de 1882, foi inaugurado, no Largo do Corpo Santo, em Lisboa, um fontanário-bebedouro destinado a animais, oferecido, em nome da Sociedade Protetora dos Animais, por Júlio de Andrade (1838-1906), seu tesoureiro e, anos depois, presidente, um representante da alta finança lisboeta, que entendeu despender com a causa animal uma parte da sua vasta fortuna. Outros fontanários se seguiram, situados em diversas zonas da cidade (Praça do Comércio, Santa Apolónia, Rua de São Bento, Igreja de S. Roque, Pátio do Regedor, Arco do Cego, Largo da Anunciada, Rua Gomes Freire, Avenida António Augusto Aguiar e Jardim do Príncipe Real). Todos apresentavam a mesma tipologia: em ferro fundido com três bacias em forma de concha – a de cima destinada a cavalos e as de baixo a cães e a gatos – e com um letreiro que invocava ao cuidado para com os animais (VELLOSO, 1901, p. 4). Contudo, em julho de 1883, a Sociedade Protetora dos Animais noticiou que alguns desses fontanários-bebedouros tinham deixado de funcionar, lamentando o pouco interesse manifestado pela Câmara Municipal de Lisboa na solução do problema (**O Zoophilo**, ano 7, n.º 7, julho de 1883, p. 3). Hoje apenas restam os que se localizam no Jardim do Príncipe Real e em Santa Apolónia.

**Fig. 1.** Fontanário-bebedouro no Jardim do Príncipe Real (Lisboa)(frente)

**Fonte.** Foto de Isabel Drumond Braga

**Fig. 2.** Fontanário-bebedouro no Jardim do Príncipe Real (Lisboa)(parte traseira)



**Fonte.** Foto de Isabel Drumond Braga

Ao longo dos anos, a instituição publicou diversas brochuras, todas pagas pelo respetivo tesoureiro, o já referido Júlio de Andrade (VELLOSO, 1901, p. 4), que, muito provavelmente, também terá sido autor de alguns dos textos. Um deles, sobre **Os Passaros** (Sociedade Protetora dos Animais, [s.d.]), elencou a utilidade de aves como o mocho, o corvo, o cuco e a cotovia. Num outro, **Os Burros** (Sociedade Protetora dos Animais, [s.d.]), salientou-se que se tratava de um animal paciente, dócil e inteligente, considerando-se que mais se conseguiria deles com doçura do que com violência. Louvou-se ainda a forma como esses animais eram tratados em certas zonas de Alemanha e da Bélgica. Em 1881, foi a vez de publicar um **Guia do cocheiro e do carroceiro** (Sociedade Protetora dos Animais, 1881), que mais não era que a tradução livre de uma obra originariamente publicada em francês. Sabe-se que essa brochura era oferecida gratuitamente pela Sociedade Protetora dos Animais aos donos de veículos de tração animal (**O Zoophilo**, ano 5, n.º 5, 1881, p. 3). Tratando-se de uma iniciativa altamente louvável, não é provável que tenha tido os resultados desejados, não só porque a motivação para mudar de atitude seria escassíssima mas também porque muitos dos cocheiros e carroceiros eram seguramente analfabetos.

Entretanto, um pouco por todo o país foram nascendo outras Sociedades Protetoras dos Animais. A do Porto data de 1878. Sabe-se que se deveu aos esforços de Alice Hulsensbos – figura de que muito pouco se sabe, somente que era filha do cônsul da Holanda na cidade e que veio a morrer em Nice, em 1909 – que ficara chocada pela forma como eram tratados os animais de carga e de tiro. À frente da instituição ficaram, como presidente da assembleia geral, o 1.º conde de Margaride, Luís Cardoso Martins da Costa de Macedo (1836-1919) – par do reino, governador civil dos distritos do Porto e de Braga, presidente das câmaras municipais do Porto e de Guimarães (PEREIRA, 2005) – e, como presidente da direção, o 2.º conde de Samodães, Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar (1828-1918) – engenheiro civil, presidente da câmara municipal do Porto e governador civil do distrito, além de ter chegado a ser ministro dos Negócios Estrangeiros (MARINHO, 2004). Note-se a coincidência interessante de os lugares cimeiros desta Sociedade Protetora dos Animais terem ficado nas mãos do governador civil do distrito e do presidente da câmara. Um outro nome lhe ficou posteriormente ligado, Alfredo Henrique da Silva (1872-1950), também pastor da Igreja Evangélica Metodista Portuguesa (OLIVEIRA, 1996; LEITE, 2009).

Depois das instituições sedeadas em Lisboa e no Porto, foi a vez de nascer, em 1897, no Funchal, uma Sociedade Protetora dos Animais Domésticos (SILVA, MENESES, 1998, p. 321). Mais tarde, em 1911, surgiram a Sociedade Protetora dos Animais de Angra e, em Ponta Delgada, a Sociedade Micaelense Protetora dos Animais. Esta última deveu-se sobretudo à ação da escritora Alice Moderno (1867-1947), igualmente uma ativa republicana e grande ativista dos direitos das mulheres e das crianças (VILHENA, 1987, p. 312-326). A este propósito, recorde-se que o feminismo considerava então que a chamada dominação masculina afetava de idêntica forma as mulheres e os animais (ACAMPORA, 2011, 158-159).

Quando, em 1875, nasceu a Sociedade Protetora dos Animais, a legislação preventiva e punitiva da crueldade para com os animais era praticamente inexistente. Seguindo o espírito que estivera presente nas Ordenações Filipinas – que vigoraram a partir



de 1603 e só foram substituídas, gradualmente, no Liberalismo – o Código Penal de 1852, assim como o posterior, datado de 1886, procurou salvaguardar os direitos dos proprietários dos bichos e não propriamente estes (ALBERGARIA, LIMA, 2016, pp. 126-127). Em março de 1877, a Sociedade Protetora dos Animais solicitou à Câmara dos Deputados uma determinação legislativa que protegesse de forma efetiva os seres tidos como irracionais. Pouco tempo depois, o deputado Carlos Testa apresentou um projeto de lei, que foi enviado às comissões de legislação civil e de administração pública e à comissão de legislação penal, de onde saiu novo texto, conhecido em abril de 1878, mas que não chegou a ser discutido (ALBERGARIA, LIMA, 2016, p. 127-128). Em fevereiro de 1880, no seu órgão, a instituição insistia: “Cada vez se torna mais sensível a falta de uma lei protetora dos animais” (**O Zoophilo**, 4.º ano, n.º 2, 1880, p. 1). Houve que esperar pelo Regulamento Geral de Saúde Pecuária de 7 de fevereiro de 1889, que considerou prevaricador todo o que maltratasse em público animais domésticos. Pensava-se sobretudo em gado de carga e de tiro, assim como todas as espécies que se destinavam à alimentação humana. Mais tarde, já na fase final da Primeira República, tornaram-se relevantes dois decretos-lei de 1919, datados de 10 de maio e de 12 de julho que, continuando a contemplar os animais anteriormente referidos, cobriram um leque mais vasto de maus tratos, incluindo os que eram dirigidas a cães, gatos e aves canoras (ALBERGARIA, LIMA, 2016, p. 127-128).

Uma vez mais, o Reino Unido havia já dado passos relevantes nesse campo: em 1822, havia sido promulgado, por iniciativa do deputado irlandês Richard Martin (1754-1834), o Cruel Treatment of Cattle Act, que contemplava o gado cavalariço, asinino, muar, vacaril e ovino. Em 1835, foram proibidos combates de cães, galos, ursos e quaisquer outros animais, domésticos ou selvagens (KALOF, 2007, p. 137-140).

### Em jeito de conclusão

Criada quando já outras existiam na Europa, a Sociedade Protetora dos Animais colmatou uma falha na sociedade portuguesa, alertando para a necessidade de defender seres desprovidos de mecanismos de proteção, incluindo legais. Tratava-se de educar, mudando mentalidades. Por vezes, embora tal não tenha assumido relevância de maior, a luta pelos direitos dos animais andou de braços dados com outras causas, como o feminismo, os direitos das crianças e o espiritismo, tendo mobilizado protestantes, além, obviamente, de católicos, que constituíam a maioria da população portuguesa. José Silvestre Ribeiro, Júlio de Andrade, Carlos Testa, Alfredo Henriques da Silva, Alice Moderno e todos os outros homens e mulheres que, a partir de 1875 deram a cara, de forma corajosa, por esta causa, foram pioneiros, como tantos outros que em diversos momentos da história tiveram razão antes do tempo.

## Fontes e bibliografia

### Fontes impressas

BREYNER, T. de M. **Memórias**. v. 1. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1930.

**Boletim da Sociedade Protectora dos Animaes**. 1876-1877.

[FROIS, G. V. R. de C. B.] **Regulamento para o matadouro no sítio da Cruz do Taboado**. Lisboa: Imprensa Silviana, 1862.

Sociedade Protetora dos Animais. **Estatutos da Sociedade Protectora dos Animais**. Lisboa: Typographia Universal, 1876a

Sociedade Protetora dos Animais. **Requerimento a Sua Magestade EI-Rei pedindo a abolição das touradas em Portugal**. Lisboa: Typ. Editora de Mattos Moreira, 1876b.

Sociedade Protetora dos Animais. **Correspondencia trocada entra direcção da mesma Sociedade e o Exm.º Sr. Luiz d' Almeida e Albuquerque ácerca do modo de extermínio dos cães vadios**. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira, 1876c.

Sociedade Protetora dos Animais. **Guia do cocheiro e do carroceiro**. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1881.

Sociedade Protetora dos Animais. **Os Burros**. Lisboa, [s.n.], [s.d.]

Sociedade Protetora dos Animais. **Os Passaros**. Lisboa, [s.n.], [s.d.]

Sociedade Protetora dos Animais. **Protecção aos Animaes. Projecto de lei apresentado à Assembleia Nacional Constituinte**. Porto: Sociedade Protetora dos Animais, 1911

VELLOSO, R. A Sociedade Protectora dos Animaes e Júlio de Andrade. **Occidente**. v. XXIV, n. 793, p. 3-4, 1901.

**O Zoophilo**. 1877-1890.

### Estudos

ACAMPORA, R. Animal philosophy: bioethics and zoontology. In KALOF, L., RESL, B. (eds.) **A Cultural History of Animals**. v. 6, Oxford, Nova Iorque: Berg, 2011, p. 139-161.

ALBERGARIA, P. S., LIMA, P. M. Sete vidas: a difícil determinação do bem jurídico protegido nos crimes de maus-tratos e abandono de animais. **Julgar**. v. 28, p. 125-169, 2016.

AMARO, A., FELGUEIRAS, M. LENCASTRE, M. A educação e o movimento de defesa dos animais não humanos em Portugal na transição do século XIX para o Século XX. **Tempos e espaços em educação**. v. 6, n.º 10, 2013, p. 8-25.

BALDIN, D. **Histoire des animaux domestiques. XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle**. Paris: Seuil. 2014.

BARATAY, É. **L'Église et l'Animal (France, XVII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle)**. Paris: Éditions du Cerf, 1996.

BORY, J. Y. **La douleur des bêtes : la polémique sur la vivisection au XIX<sup>e</sup> siècle en France**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.

BRAGA, I. D. Descobrir e juntar animais: “novas novidades”, pátio dos bichos e Jardim Zoológico de Lisboa. In BRAGA, I. D., BRAGA, P. D. (dir.) **Animais e companhia na História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015a, p. 317-389.

BRAGA, I. D. Anticarnivorismo. In FRANCO, J. E. (coord.). **Dicionário dos Antis: a cultura portuguesa em negativo**. v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018, p. 300-308.

BRAGA, I. D. 1911 – A opção vegetariana. In BRAGA, I. D. (coord.). **História global da alimentação portuguesa**. Lisboa: Temas e Debates, 2023, p. 415-420.

BRAGA, I. D. **Das origens do vegetarianismo em Portugal. Amílcar de Sousa (1876-1940), o “apóstolo verde”**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019

BRAGA, P. D. Cães e gatos: animais de companhia por excelência. In BRAGA, I. D., BRAGA, P. D. (dir.) **Animais e Companhia na História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015b, p. 127-153.

BRAGA, P. D. Um espetáculo da morte: as touradas. In BRAGA, I. D., BRAGA, P. D. (dir.) **Animais e companhia na História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015c, p. 217-245.

CARDOSO, J. L. **O general conde de S. Januário (1827-1901). Um português de exceção**. Oeiras: Câmara Municipal, 2018.

CHORÃO, L. B., MOREIRA, F. Ribeiro, José Silvestre. In MÓNICA, M. F. (ed.). **Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910**. v. 3. Lisboa: Assembleia da República, 2006, p. 464-468.

CORREIA, S. C. L. C. **O manual enciclopédico de Aquiles Monteverde**. Tese (doutoramento em Estudos Portugueses – Universidade de Aveiro), 2004.

DELORT, R. **Les animaux ont une histoire**. Paris. Seuil, 1984.

ELIAS, M. M. A. C. R. M. **Columbano no seu tempo (1857-1929)**. Tese (Doutoramento em História da Arte Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa), 2011.

FERNANDES, P. J. Garcia, José Elias. In MÓNICA, M. F. (ed.) **Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910**. v. 2. Lisboa: Assembleia da República, 2005, p. 300-304

GIAZZALOVCA, G. **Primo: non maltrattare. Storia della protezione degli animali in Italia**. Bari, Roma: Laterza, 2018.

HOMEM, A. P. B. **Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895). Uma biografia**. Lisboa: Assembleia da República, 2012.

KALOF, L. **Looking at animals in human history**. Londres: Reaktion, 2007.

KETE, K. Animals and human empire. In KALOF, L., RESL, B. (eds.) **A Cultural History of Animals**. v. 5. Oxford, Nova Iorque: Berg, 2011, p. 1-24

LEITE, R. M. **Representações do Protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea. Da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2009.

LOURENÇO, T. B., SEIXAS, R. **Júlio de Castilho, mestre da Lisboa antiga**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2024.

MARINHO, M. J. Aguilár, Francisco de Azeredo Teixeira de. In MÓNICA, M. F. (ed.) **Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910**. v. 3. Lisboa: Assembleia da República, 2004, p. 74-77.

MARQUES, A. H. de O. **Dicionário de Maçonaria Portuguesa**. vol. 1. Lisboa.: Editorial Delta, 1986.

MARQUES, A. H. de O. **História da Maçonaria em Portugal**. v. 2. Lisboa: Presença, 1996.

MARQUES, A. H. de O. **História da Maçonaria em Portugal**. v. 3. Lisboa: Presença, 1997.

MATOS, A. T. de. **Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.

NEWMYER, S. T. Animals in ancient philosophy. In KALOF, L., RESL, B. (eds.) **A Cultural History of Animals**. v. 1, Oxford, Nova Iorque: Berg, 2011, pp. 151-174.

OSTOS, N. S. C. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. **Revista Brasileira de História**. v. 37, n.º 75, p. 297-318, 2017.

SILVA, F. A., MENESES, C. A. **Elucidário Madeirense**. v. 3. Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1998.

OLIVEIRA, N. P. F. **Alfredo Henrique da Silva, evangelizador de acção e cidadão do mundo**. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea – Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1996.

PEREIRA, Z. Macedo, Luís Cardoso Martins a Costa. In MÓNICA, M. F. (ed.) **Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910**. v. 2. Lisboa: Assembleia da República, 2005, p. 660

RODRIGUES, A. A. G. **A tradução em Portugal**. v. 3. Lisboa, Instituto Superior de Línguas e Administração, 1993.

ROWLANDS, M. Philosophy and animas in the age of empire. In KALOF, L., RESL, B. (eds.) **A Cultural History of Animals**. v. 5. Oxford, Nova Iorque: Berg, 2011, p. 134-152

SENIOR, M. The souls of men and beasts, 1630-1764. In In KALOF, L., RESL, B. (eds.) **A**

**Cultural History of Animals.** v. 4. Oxford, Nova Iorque: Berg, 2011, pp. 23-45

SERPELL, J. **In the company of animals: a study of human- animal relationships.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SOARES, M. I. Sarmento, Pedro João de Moraes. In MÓNICA, M. F. (ed.) **Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910.** v. 3. Lisboa: Assembleia da República, 2006a, p. 602-603.

SOARES, M. I. Testa, Carlos. In MÓNICA, M. F. (ed.) **Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910.** v. 3. Lisboa: Assembleia da República, 2006b, p. 909-912.

STUART, T. **The bloodless revolution: a cultural history of vegetarianism from 1600 to modern times.** New York, London: W. W. Norton & Company, 2006.

THOMAS, K.. **Man and the natural world: changing attitudes in England 1500-1800.** Londres: Penguin Books, 1984.

URBANO, P., **A Casa Palmela.** Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

VENTURA, A. **Uma história da Maçonaria em Portugal.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

VIEIRA, A. L. **Os transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

VILHENA, M. C., **Alice Moderna, a mulher e a obra.** Angra. SREC, DRAC, 1987.

ZÚQUETE, A. E. M. (ed.). **Nobreza de Portugal e do Brasil.** v. 2. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 2000a.

ZÚQUETE, A. E. M. (ed.). **Nobreza de Portugal e do Brasil.** v. 3. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 2000b